

Metamorfoses de uma festa: Histórias do carnaval em Recife (1955-1972)

Metamorphoses of a party: a History of carnival in Recife (1955-1972)

Augusto Neves da Silva ¹

Resumo: Este artigo discute as transformações dos carnavais brincados na cidade do Recife entre os anos de 1955 e 1972. O caminho percorrido por essas reflexões volta-se à compreensão das relações estabelecidas entre o poder público municipal, os foliões e alguns intelectuais. Esses conflitos são de fundamental importância para interpretação dos contornos da identidade que se buscava construir nesta festa. Considerando essa assertiva, a reflexão do presente texto pretende perscrutar quais foram os espaços criados na cidade para os dias de Momo e os sentidos da tradição colocados em pauta. Com isso, pretende-se compreender um pouco mais das disputas pelo formato de folia momesca que estava em debate naqueles anos.

Palavras-Chaves: Festa - Carnaval em Recife - Identidade Regional

Abstract: This article discusses the changes in the manner how people jollify in the city of Recife between the years of 1955 and 1972. The path taken by these reflections flows through the understanding of municipal government, the revelers and some intellectuals. These conflicts are fundamental to the interpretation of the identity and the circumstances surrounding the revelry. Considering this statement, the reflection of this text intends to scrutinize what were the spaces created in the city to "the days of Momo" and the meanings of tradition placed under discussion. Thus, we intend to discuss more about the disputes of speeches during these years.

Keyword: Carnival. Brazilian carnival. Recife carnival. Regional identity. History of Recife.

Introdução

Este texto tem por objetivo analisar algumas histórias em torno do carnaval do Recife, mais precisamente entre os anos de 1955-1972. Busca-se investigar como aqueles dias de momo foram representados pela documentação utilizada. Compreender qual o sentido de "tradição carnavalesca" que estava sendo fabricada naqueles anos. Visualizar, por meio da narrativa desse artigo, como o discurso de "terra do frevo" estava sendo inventado nesses anos.²

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e Graduado (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história cultural, cultura popular, cultura afrodescendente e patrimônio cultural. Email para contato - augustonev@gmail.com

² "Inventar [...] não é fraudar, mentir, fazer surgir do nada, mas é inseparável da atividade de significação das coisas, dos seres, das formas, de tudo aquilo que nomeamos. Nomear, ato fundante do mundo humano, é já conceituar.", visto que quando - sejam as pessoas que representavam o poder público, seja os folcloristas ou memorialistas - se nomeavam uma atividade como integrante do que era entendido como o carnaval do Recife, quem assim fazia a inventava como tal, "pois

Durante o recorte temporal proposto, a festa carnavalesca foi palco de inúmeras transformações, e é nesse processo que me deterei, ou seja, nas transformações e nas modificações que tal evento foi palco. Faz-se importante nessa introdução destacar também que a festa é entendida aqui como um acontecimento³. Não partilho da ideia de uma identidade e tradição imutável nela presente, mas defendo as concepções do historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior, que afirmou: “ela é sempre a irrupção de um novo tempo, de um espaço a ser feito e reinscrito, a festa é sempre ruptura com a rotina e com semelhança, ela é a ordem da simulação, da invenção, do sonho e do delírio.”⁴ Com isso, estou longe de:

[...] tomar as festas como manifestações autênticas do povo, como espaços de um mundo cultural à parte, paralelo ou resistente à dominação, mas aqui as festas são espaços de negociação, de tensões, de conflitos, de alianças e de disputas entre distintos agentes, que se conflitam e se debatem em torno não só dos sentidos e significados a serem dados à festa, como também em torno das práticas que as constituirão, dos códigos que as regerão, das regras que estabelecerão permissões e proibições, que definirão limites e fronteiras entre o que pode ser admitido e o que deve ser excluído. As festas podem não só ser campos de lutas concretas, de enfrentamentos entre pessoas e grupos, em torno dos valores e preceitos que definem o viver em sociedade, mas elas são campos de luta simbólica, de luta entre projetos, sonhos, utopias e delírios, mas são acima de tudo momento de invenção da vida social, da ordem social e da própria festa e seus agentes.⁵

O carnaval é um tema que traz para o campo da história impasses teóricos centrais. Como afirmou a historiadora Maria Clementina Pereira Cunha, “faz repensar assertivas pouco questionadas sobre tradição ou semelhanças morfológicas e sobre o modo como se tecem o fio do tempo; questiona

estava, nesse ato, deslocando os sentidos que essa prática poderia e, com certeza, já deveria ter para seus praticantes e a dotava de novos significados.” ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Um morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e cultura popular*. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 27-28.

³ Os acontecimentos foram assim definidos pela historiadora Arlette Farge: “os acontecimentos que sobrevêm [*sic*] é um momento, um fragmento de realidade percebida que não tem nenhuma outra unidade além do nome que se lhe dá. Sua chegada no tempo é imediatamente partilhada por aqueles que o recebem, o vêem (*sic*), ouvem falar dele, o anunciam e depois o guardam na memória. Fabricante e fabricado, o acontecimento é inicialmente um pedaço de tempo e da ação posto em pedaços, em partilha como em discussão: é através dos farrapos de sua existência que o historiador trabalha se quiser dar conta dele. Em face do acontecimento encontrado, ou relatado, está diante de uma ausência de ordem. Com efeito, sua estrutura, percebida através dos textos, dos testemunhos ou das imagens, é já em si uma colocação em relação. [...] Assim, o acontecimento seria já da ordem da desordem, do arrebatamento das percepções e do sentido: o historiador se acha desde então não em face do homogêneo, mas do heterogêneo”. FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 71.

⁴ ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M.. Festa para que te quero: por uma historiografia do festejar. Revista *Patrimônio e Memória*, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, pp. 134-150, jun. 2011, p. 148.

⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. Festa para que te quero: por uma historiografia do festejar. Revista *Patrimônio e Memória*, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 134-150, jun. 2011, p. 147 - 148.

a crença nas qualidades particulares, inerentes a cada sociedade [...]”.⁶ Assim procuro pensar a festa momesca como “destituída da transcendência, da universalidade, de qualquer rótulo de historicidade que a naturalize ou mesmo a torne equivalente umas às outras independentemente das fronteiras geográficas, culturais e sociais”.⁷

O período escolhido, centrado entre 1955 a 1972, – embora recorra a exemplos anteriores e posteriores – é repleto de intenções: esse é um espaço de tempo em que o carnaval no Recife foi palco de inúmeras mudanças, muitas delas em virtude de Leis e Decretos-Leis municipais que procuravam (re) organizar os festejos dedicados ao deus da galhofa na capital pernambucana.⁸

Em 1955, o carnaval do Recife foi oficializado pela Prefeitura da cidade por meio da Lei Municipal Nº 3.346⁹ e acredito ser esse um momento relevante para os dias de momo, pois, a partir daquela data, as agremiações passaram a receber uma verba dos cofres públicos para custear suas apresentações nos dias gordos. E termino a escrita no ano de 1972 com o advento da Lei Municipal Nº. 10.537/72¹⁰, que em seus desdobramentos - embora não explicita isso em seu texto - buscou tornar o evento carnavalesco um acontecimento com fins voltados à espetacularização e ao turismo.¹¹

Os festejos carnavalescos ocorridos na cidade do Recife, nesses anos, dificilmente poderiam ser narrados em sua pujança e meandros. Quando muito, ganham visibilidade e dizibilidade por meio das matérias dos jornais, das entrevistas realizadas, ou mesmo de algum outro fragmento recolhido aqui e acolá em livros, poemas, músicas, imagens..., mas que servem muito para dar noção de como

⁶ CUNHA, M. C. P. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca (1880 – 1920)*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 311.

⁷ CUNHA, M. C. P. Apresentação. In: _____. (Org.). *Carnavais e Outras Frestas. Ensaios de História Social da Cultura*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002, p. 14.

⁸ Entre as Leis Municipais que procuraram reorganizar o carnaval na cidade do Recife no período temos a Lei nº. 3.346 / 55 que oficializou o carnaval na cidade do Recife; o Decreto-Lei 1.332 / 56 que modificou a lei 3.346 / 55; e as Leis nº 9.355 / 64 e nº 10.537 / 72. Todas com o objetivo de adaptar os festejos às mudanças que a sociedade enfrentava. Essas e outras Leis e Decretos-Leis da capital pernambucana (1955-1972), estão disponíveis na Biblioteca Setorial do Departamento Jurídico da Prefeitura do Recife, 3º andar, do edifício sede, no Bairro do Recife. Bem como também podem ser consultadas online através do site: <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/> Acesso em 28/06/2014

⁹ Lei Municipal Nº 3.346 sancionada pelo prefeito do Recife Djair Brindeiro em 07 de junho de 1955. Disponível em: <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/>. Acesso em 28/06/2014

¹⁰ Lei Municipal Nº 10.537 sancionada pelo prefeito do Recife Augusto Lucena em 14 de março de 1972. Disponível em: <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/>. Acesso em 28/06/2014

¹¹ Desde a criação em 1935 da Federação Carnavalesca Pernambucana, esta ficou a cargo da organização dos festejos momescos da cidade até o ano de 1944, quando a coordenação do carnaval passou para o Departamento de Documentação e Cultura (DDC) permanecendo assim até 1964 quando é criada a Comissão Organizadora do Carnaval pela Lei Nº 9.355/64 sancionada por Augusto Lucena, então representante do poder executivo recifense. (SILVA, Leonardo Dantas. Elementos para a História Social do Carnaval do Recife. In: SOUTO MAIOR; Mário. SILVA, Leonardo Dantas (Orgs.) *Antologia do Carnaval do Recife*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991, p. LXXXIII). Para saber mais a respeito do período em que a Federação Carnavalesca Pernambucana organizou os festejos momescos ver: VIDAL, F. M. C. *A festa do Estado e o brinquedo para os populares: histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

foram esses dias de folia na capital pernambucana. “A narrativa histórica, mesmo apoiada em sólida pesquisa, ao lidar com rastros e provas, apresenta uma versão do supostamente acontecido”.¹²

Assim sendo, é por meio da análise desses elementos que posso interpretar algumas relações envoltas a essa festa e compreender certos sentidos atribuídos aos dias gordos por alguns foliões. Com isso, posso conhecer também um pouco mais das tramas construídas pelos sujeitos que durante esses anos saíam às ruas, atraídos pelo som do samba, do frevo ou mesmo do batuque de um maracatu para dar sentido aos dias de folia na capital pernambucana. “Historiadores constroem tramas possíveis, visando atingir a maior proximidade possível com aquilo que, um dia, teria se dado”.¹³

Proponho focalizar algumas das práticas culturais que estavam presentes no carnaval em Recife e que foram vivenciadas pelos foliões que saíram às ruas durante o período momesco. Por meio da análise dessas práticas, é possível compreender táticas e estratégias¹⁴ e visualizar tensões e conflitos em torno do "simples ato de brincar" durante esses dias. O combate ou a benevolência a determinada prática cultural não foram aleatórios, havia condições históricas mínimas para uma ou outra situação.

A forma de se "viver e brincar" esses períodos festivos não tinha uma via única, tampouco as práticas que o representavam partiram de uma evolução temporal. As investigações propostas neste trabalho procuraram considerar procedimentos multiformes que se extravasam em uma pluralidade de práticas culturais e de sentidos, pois, como afirmou Michel de Certeau, "o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*".¹⁵

A documentação utilizada neste texto foram as matérias dos jornais, os relatos de memória e as Leis e os Decretos-Leis Municipais. Através destas fontes o meu olhar de historiador buscou percorrer os sentidos que deram a ver alguns efeitos de verdades sobre o carnaval em Recife, que não só construiu determinados sentidos para a festa, mas também buscou apagar ou tornar invisível outros.

Tenho a consciência que os escritos jornalísticos (nem nenhuma outra fonte) não representam o passado em si, mas vestígios dele, pois a documentação é repleta de sentidos e guarda as marcas daqueles que a produziram, que a colocaram em evidência. “Nenhum objeto tem movimento na

¹² PESAVENTO, S. J. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, S. J.; SANTOS, N. M. W.; ROSSINI, M. S. (Orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008, p. 110.

¹³ Idem. p. 110.

¹⁴ “Entendendo estratégia como procedimento que nasce de um cálculo de relações de força e que são empreendidas por um sujeito de poder e de querer para atingir objetivos previamente traçados. Já as táticas não demandam um lugar como a estratégia, não calculam, vigiam e captam no vôo (sic) as possibilidades de ganho; é um ato que visa a aproveitar uma ocasião, não é necessariamente articulada discursivamente; é um gesto, breve efeito cuja força pode se desvanecer imediatamente, multiplicar as máscaras e as metáforas, desaparecer no próprio ato”. ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Um leque que respira: a questão do objeto em história. In: *História a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 161.

¹⁵ CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano: I Artes de Fazer*. 18. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p. 38. Grifos do Autor.

sociedade humana exceto pela significação que os homens lhe atribuem, e são as questões que condicionam os objetos e não o oposto".¹⁶

Já no que tange à utilização dos relatos de memória, uma das mais relevantes contribuições está em viabilizar o estudo das formas nas quais grupos e pessoas elaboravam e efetuavam suas experiências, suas situações de aprendizado e suas decisões estratégicas.¹⁷

Há a necessidade de ter a consciência de que a fonte oral não deve ser tratada como a reconstituição de um elo perdido com a oralidade e que as histórias relatadas são, antes de tudo, vidas ou acontecimentos lembrados.¹⁸

Utilizei neste artigo, as Leis e os Decretos-Leis do Recife¹⁹, promulgados entre os anos de 1955-1972, com o objetivo de regulamentar e/ou (re) organizar a festa carnavalesca. Essas fontes funcionam como marco do recorte temporal deste trabalho, pois busquei analisar os principais acontecimentos do carnaval transcorridos no limiar desses anos, ou seja, o que se passou entre eles. "O historiador inventa o passado, à medida que o conceitua, que o organiza, que o recorta, que o interpreta, que lhe atribui sentidos que não existiam originalmente ou naturalmente nele."²⁰

Tais Leis e Decretos-Leis instauraram, com seus discursos, efeitos de verdades sobre um "modelo" de prática carnavalesca em Recife. Esses procedimentos buscavam nomear determinadas práticas presentes nos dias de momo como "autênticas e legítimas representantes do carnaval local", enquanto buscavam tornar outras invisíveis. E foi dentro desse processo que algumas manifestações presentes na festa receberam o lugar do próprio e outras do não lugar.

Enfim, espero nestas linhas ter instigado-lhe a embarcar comigo nesta viagem aos antigos carnavais do Recife. Ao virar a próxima página, haverá conflitos, disputas e tensões em torno do carnaval na capital pernambucana, mas que mostram situações muito saborosas e divertidas. O leitor verá que, por meio do conhecimento dessas tramas, é possível conhecer mais sobre a história da própria cidade do Recife.

Vamos, embarque comigo neste bonde! Afinal são dias de festa, é carnaval!

¹⁶ SCHWARCZ, L. K. M. Apresentação. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001, p. 07.

¹⁷ ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: *Fontes Históricas*. Carla Bassanezi Pinsky (Org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 165.

¹⁸ GUIMARÃES NETO, Regina B. *Cidades da Mineração: Memória e Práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EduFMT, 2006, p. 48.

¹⁹ Sobre isso ver nota 7.

²⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. "Um morto vestido para um ato inaugural": procedimentos e práticas dos estudos de folclore e cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 28.

Nos rumos da oficialização

A cidade do Recife nesses anos (1955-1972) vivenciava um cenário de "turbulentas" transformações em seu proscênio político.²¹ Em meio às transformações políticas que a sociedade recifense enfrentava, uma nova forma de se fazer os dias momescos ganhava força. No ano de 1955, ficou determinado, por meio da Lei Nº 3.346, que a partir do ano subsequente as agremiações que desfilassem em homenagem ao deus da galhofa deveriam ser subsidiadas pelo poder público municipal.

Art. 1º A Prefeitura Municipal do Recife, por intermédio do Departamento de Documentação e Cultura, organizará, patrocinará e promoverá os festejos carnavalescos do Município, a partir do ano de 1956, dentro dos moldes folclóricos, preservando sobretudo (sic): os clubes de frêvo (sic); os maracatús (sic), em sua forma primitiva e os clubes de caboclinhos.²²

O carnaval realizado na capital pernambucana teria direito, a partir de 1956, a uma verba dos cofres públicos para ajudar as agremiações no preparo e organização de seus desfiles, bem como o de custear as despesas com a decoração da cidade para os festejos carnavalescos.

§ único. Deverá também o Departamento de Documentação e Cultura da Municipalidade, ajudar técnica e financeiramente, todos os blocos, troças, **escolas de samba** e demais organizações carnavalescas que contribuirão para a animação e grandeza do carnaval do Recife.²³

E a presença das escolas de samba, como agremiações participantes dos festejos momescos, na lei que oficializou o carnaval da cidade, ocasionou mais um capítulo nessa história. Já no ano de 1956, assim que chegou ao poder, o prefeito Pelópidas Silveira (recentemente eleito) convocou os vereadores para que modificassem a Lei Nº 3.346/55, anteriormente aprovada, que ditava sobre os festejos carnavalescos.

²¹ Sobre as eleições de 1955, o historiador Antônio Paulo Rezende discorreu: "No ano de 1955 ocorreu eleições para a Prefeitura do Recife que levou Pelópidas Silveira ao cargo. A eleição de Pelópidas Silveira se deu num contexto de esperanças. Pelópidas era do Partido Socialista Brasileiro, obtendo uma votação expressiva: 66,87% dos votos, ganhando de longe do segundo lugar Antônio Alves Pereira, que teve apenas 19,17% dos votos.". REZENDE, A. P. M. *O Recife: histórias de uma cidade*. Magdalena Almeida (Org.). Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2000, p. 130.

²² Lei Municipal Nº 3.346 sancionada pelo prefeito do Recife Djair Brindeiro em 07 de junho de 1955. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br>>. Acesso em 28/06/2014

²³ Lei Municipal Nº 3.346 sancionada pelo prefeito do Recife Djair Brindeiro em 07 de junho de 1955. Grifos meu. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br>>. Acesso em 28/06/2014.

Como dito anteriormente, essa lei determinava que as agremiações participantes do carnaval da cidade deveriam ser contempladas com uma verba dos cofres públicos. No entanto, segundo o novo prefeito, cometia-se o erro de não fazer distinção entre elas, ou seja, colocava no mesmo patamar as agremiações entendidas pelas autoridades como tradicionais – clubes de frevo, maracatus e caboclinhos – e as definidas de alienígenas – escolas de samba.²⁴

Nesses anos (1955-1972), havia um forte discurso defendido por diversos intelectuais²⁵ que no carnaval recifense não deveria haver escolas de samba. Segundo as inúmeras matérias que foram publicadas nos jornais da época²⁶, parte da intelectualidade²⁷ local salientava que a manifestação do samba era uma prática associada ao Rio de Janeiro e, dessa forma, para que se preservasse o "tradicionalismo histórico da festa carnavalesca"²⁸ e a particularidade do carnaval recifense, não deveria existir escola de samba numa lei que oficializava o carnaval da cidade.²⁹

²⁴ Utilizo as expressões "tradicionais" e "alienígenas" porque foi dessa forma que elas apareceram nos jornais quando mencionavam o debate provocado pela presença das escolas de samba na Lei que oficializou os festejos carnavalescos da cidade pela prefeitura do Recife. Como, por exemplo, nessas crônicas publicadas pelo jornalista Mário Melo. MELO, Mário. Aqui e Ali. *Folha da Manhã*, 15 de janeiro de 1956, p. 04. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE; MELO, Mário. Crônica da Cidade: A Oficialização do Carnaval. *Jornal do Commercio*, 13 de janeiro de 1956, p. 02. (Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ).

²⁵ Para Jean-François Sirinelli: "De fato, os intelectuais são, por seu ofício os detentores do sentido das palavras: eles as forjam e as transmitem, e por isso mesmo se encontram nos dois lugares-chave da expressão cultural: a formulação e a transmissão. Seu papel na gênese e na circulação tanto das culturas políticas quanto de certos processos de memória constitui, pois, uma realidade histórica inegável.". SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas. In: *Cultura política, memória e historiografia*. (Orgs.). Cecília Azevedo.... [et al.]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 47.

²⁶ De acordo com a pesquisa realizada entre os anos de 1955 e 1956 não encontrei matérias de jornais que destacassem o apoio de algum intelectual a presença das escolas de samba no carnaval do Recife. Entre os críticos, temos os jornalistas: Mário Melo, Aníbal Fernandes, Alberto Campelo, Valdemar Oliveira, Leda Alves e José do Patrocínio. Para uma consulta aos jornais ver, por exemplo: MELO, Mário. Crônica da Cidade: A Oficialização do Carnaval. *Jornal do Commercio*, 13 de janeiro de 1956, p. 02. (Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ); MELO, Mário. Crônica da Cidade: O Carnaval da Rua da Guia. *Jornal do Commercio*, 15 de janeiro de 1956, p. 02. (Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ); MELO, Mário. Crônica da Cidade: O Presente de grego dos marmeladores. *Jornal do Commercio*, 19 de janeiro de 1956, p. 02. Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; FERNANDES, Aníbal. Carnaval e Turismo. *Diário de Pernambuco*. 05 de janeiro de 1956, p. 04. (Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ); FERNANDES, Aníbal. Samba e "Guerra Fria". *Diário de Pernambuco*, 14 de janeiro de 1956, p. 04. (Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ); ALVES, Leda. Todos os dias: Carnaval Pernambucano. *Correio do Povo*, 24 de janeiro de 1956, p. 06. (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE); CAMPELO, Alberto. Coluna Freza Vida. *Correio do Povo*, 17 de janeiro de 1956, p. 03. (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE); PATROCÍNIO, José. Coluna Freza Vida. *Correio do Povo*, 18 de janeiro de 1956, p. 03. (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE); OLIVEIRA, Valdemar. Oficialização do Carnaval. *Diário de Pernambuco*, 15 de janeiro de 1956, p. 06.

²⁷ "Uma categoria social definida por seu papel ideológico: eles são os produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais. Ocupam, então, um lugar específico naquilo que se poderia chamar de processo de produção ideológica, o lugar do produtor imediato, que se distingue daquele do empresário, do administrador ou do distribuidor de bens culturais. Os intelectuais assim definidos compreendem grupos como os de escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes, etc.". LÖWY, Michel. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 01.

²⁸ Conservo a expressão "tradicionalismo histórico da festa carnavalesca recifense", pois foi dessa forma que ela apareceu na documentação dos jornais. Saliento que não partilho da concepção de que algo possa ser característico em história, mas procuro preservar a escrita da documentação.

²⁹ Para saber mais sobre a relação dos intelectuais e suas críticas a presença das escolas de samba no carnaval da cidade ver, especialmente, o capítulo II: SILVA, A. N. "Quem gosta de samba, bom pernambucano não é?". Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

Em virtude da pressão do prefeito eleito, Pelópidas Silveira, a Lei Nº 3.346/55 foi revista e o Decreto Lei Nº 1.351, sancionado em 23 de janeiro de 1956, preconizava que a partir daquela data as agremiações carnavalescas que participavam dos festejos momescos receberiam uma verba dos cofres públicos municipais. Entretanto, deveriam obedecer a uma classificação na qual as escolas de samba figurariam na última posição e receberiam apenas 5% do valor destinado.³⁰

Art. 2º A verba orçamentária destinada ao carnaval recifense será utilizada do seguinte modo: a) - 60% para os prêmios em dinheiro e aquisição das taças referentes aos concursos previstos no artigo anterior e seus parágrafos e para distribuição às agremiações com existência legal, observando-se, nessa distribuição, as seguintes percentagens:

Clubes 35%

Blocos 20%

Maracatús (sic) 15%

Caboclinhos 15%

Troças e ursos 10%

Escolas de Samba 5%³¹

Inúmeros intelectuais, entre eles Mário Melo³² e Aníbal Fernandes³³, se posicionaram contra os resultados da oficialização de momo. Acreditavam que esse acontecimento retirava a espontaneidade e a liberdade tão comum aos diversos foliões que saíam às ruas durante os dias gordos. E com isso a festa ia cada vez mais perdendo suas "características próprias", e com o tempo estava fadada a desaparecer.

Entretanto, mesmo diante das críticas tecidas por parcela significativa da intelectualidade local, os festejos momescos continuaram sendo subsidiados pela Prefeitura da cidade do Recife e as agremiações cada vez mais "dependentes" das verbas dos cofres públicos para organizarem suas

³⁰ "A verba orçamentária destinada ao carnaval recifense deveria ser utilizada da seguinte maneira: 40% para atender a organização, iluminação, propaganda e animação dos festejos. E 60% para os prêmios em dinheiro e aquisição das taças referentes aos concursos previstos no artigo anterior e seus parágrafos e para a distribuição às agremiações com existência legal, [...]". Decreto Lei Nº 1.351 de 23 de janeiro de 1956. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br>>. Acesso em 28/06/2014

³¹ Decreto Lei Municipal Nº 1.151 sancionado pelo prefeito do Recife Pelópidas Silveira em 23 de janeiro de 1956. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br>>. Acesso em 28/06/2014

³² Mário Carneiro do Rego Melo nasceu a 05 de fevereiro de 1884. Em 1907 graduou-se em Direito. Escreveu vários livros, entre eles: *A Maçonaria e a Revolução de 1817* em 1912. Mas sua grande paixão era o jornalismo. Trabalhou nos jornais Folha do Povo, Correio do Recife, Jornal Pequeno, A Província, Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, dentre outros. Morreu em 24/05/1959. Sobre Mário Melo, ver: ROSTAND, Paraíso. *Cadê Mário Melo*. Recife: COMUNIGRAF, 1997.

³³ Aníbal Gonçalves Fernandes nasceu em Nazaré da Mata, no dia 30 de dezembro de 1894, em Pernambuco. Fez seus estudos no Seminário de Olinda e na Faculdade de Direito do Recife, tendo concluído o curso superior em 1916. Foi professor do Ginásio Pernambucano, da Faculdade de Filosofia do Recife, diretor do Museu do Estado e da Inspeção de Monumentos Artísticos. Entretanto encontrou no Jornalismo sua plena e verdadeira vocação. Faleceu em 12 de janeiro de 1962, com 68 anos de idade. Sobre Aníbal Fernandes ver: FERRAZ, Marilourdes. *Aníbal Fernandes: jornalista – Nos caminhos da liberdade*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife: CEPE, 1996.

apresentações em homenagem a momo. Mais adiante, ainda nesse trabalho, veremos melhor essa relação entre verbas e apresentação dos grupos carnavalescos.

Identidades e conflitos: o tríduo momesco entre os anos de 1955 – 1972

Os carnavais desses anos foram marcados pelos signos das transformações. Segundo pude analisar, as matérias dos jornais destacavam que o título de "maior carnaval do mundo" dos dias momescos recifenses parecia estar ameaçado. E para "defender" a peculiaridade da "alma" foliona da cidade do Recife, os indivíduos que dirigiam a festa, principalmente, os membros da Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife (ACCR)³⁴ procuravam ampliar a divulgação e organização da semana pré-carnavalesca, bem como instituíam na urbe dois novos concursos o de "Rei Momo" e o da "Rainha do Carnaval".³⁵

A semana Pré Carnavalesca era um evento que ocorria dias antes do início da folia de momo, onde ocorria a apresentação das agremiações que participavam dos festejos. Pude observar pela leitura dos jornais que em alguns anos o evento foi reconhecido pelos periódicos como um "verdadeiro sucesso", já em outros, um "fracasso". Inúmeros fatores eram apresentados para um ou outro aspecto; iam desde as atrações selecionadas para a apresentação, ou até mesmo a localização do palco onde ocorria³⁶. Chegando inclusive no início dos anos de 1970 a ser questionada a permanência ou não da

³⁴ A ACCR era uma instituição formada por representantes dos principais jornais da capital pernambucana, bem como também de alguns jornalistas da Rádio Clube. "Em 22 de Janeiro de 1948, saiu nota no Diário de Pernambuco informando o nome dos dirigentes eleitos da instituição: A Associação dos Cronistas Carnavalescos, entidade fundada pelos jornalistas recifenses para animar os tradicionais festejos de Momo, esteve reunida ontem, com a presença de numerosas pessoas. Durante os trabalhos dessa reunião, foi a eleita a diretoria da ACC, a qual ficou constituída dos seguintes jornalistas: Aristóфанes Trindade, presidente; Ubirajara Mendes, vice-presidente; Carlos Luis de Andrade, secretario e Júlio Barbosa, tesoureiro. Para o conselho fiscal ficaram eleitos: Geraldo Seabra, presidente; (ilegível) e Paulo Viana. – Diretoria da associação dos Cronistas Carnavalescos". VIDAL, F. M. C. *A festa do Estado e o brinquedo para os populares: histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010, p. 186.

³⁵ Rei Momo primeiro e único. *Correio do Povo*, 07 de fevereiro de 1957, p. 01. Também será eleita a rainha do carnaval. *Correio do Povo*, 08 de fevereiro de 1957, p. 02. Os cronistas vão eleger a Rainha do carnaval. *Diário de Pernambuco*, 07 de janeiro de 1958, p. 14/20. No dia 09 de fevereiro a coroação da Rainha do Carnaval de 1958. *Diário de Pernambuco*, 10 de janeiro de 1958, p. 14. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

³⁶ Rei Momo às portas da cidade em plena semana Pré Carnavalesca. *Folha da Manhã*, 15 de fevereiro de 1955, p. 11. Semana pré carnavalesca já foi iniciada: animação nas ruas. *Diário de Pernambuco*, 07 de fevereiro de 1961, p. 03. Encerramento da semana pré carnavalesca. *Diário de Pernambuco*, 02 de março de 1962, p. 06. Semana pré carnavalesca batendo o recorde de animação nas ruas centrais. *Diário de Pernambuco*, 24 de fevereiro de 1965, 1º caderno, p. 03. Semana pré carnavalesca começa domingo. *Diário de Pernambuco*, 26 de janeiro de 1967, 1º caderno, p. 06. Semana Pré Carnavalesca é fracasso total no Recife. *Diário de Pernambuco*, 09 de fevereiro de 1972, 1º caderno, p. 03. Cronistas promoverão a Semana Pré Carnavalesca e vão escolher a Rainha. *Diário de Pernambuco*, 10 de fevereiro de 1962, p. 11. ACCR programou Semana Pré Carnavalesca e desfile da Rainha do Carnaval. *Diário de Pernambuco*, 11 de fevereiro de 1962, 2º caderno, p. 03. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

semana Pré Carnavalesca. Alegavam os organizadores da festa que o acontecimento "acabava com o carnaval, pois cansava o folião".³⁷

Já no que tange aos concursos de Rei Momo e Rainha do Carnaval, um dos objetivos era divulgar a festa e promover uma maior interação dos foliões com o festejo carnavalesco. O candidato vencedor do concurso de Rei Momo (exigia-se que fosse gordo), comandaria o reinado da folia montado em um "jipão" e deveria percorrer os principais clubes sociais da cidade, bem como interagiria com as agremiações carnavalescas (troças, clubes, escolas de samba) que alegremente desfilavam pelas ruas do Recife.

Este ano, o carnaval pernambucano, pela primeira vez, terá no trono, a figura personificada de Rei Momo. O folião José Bezerra Cavalcanti, com seus 182 quilos de gordura, comandará o Reinado da Folia, montado num jipão, ora percorrendo clubes ora, tomando parte, também nos folguedos de rua.³⁸

O Rei Momo tão comum nos carnavais do Brasil são personagens costumeiramente representadas por um sujeito gordo, risonho e com uma coroa na cabeça. A essa figura eram entregues, simbolicamente, as chaves da cidade pelas mãos do prefeito e com isso estava aberto o "reinado da folia", onde Momo reinaria "absoluto", até a quarta feira de cinzas, em todas as esferas da sociedade, já que ele próprio era a personificação do Estado.

No concurso de Rainha do Carnaval belas moças deveriam candidatar-se ao cargo, sejam elas atrizes, vedetes, artistas ou mesmo representantes das agremiações carnavalescas da cidade. A coroação da candidata vencedora deveria ocorrer oito dias antes da data programada para o início oficial dos festejos momescos. Para o ato de coroação, era organizado um desfile pelas principais ruas do Recife com representantes dos grupos carnavalescos que iriam desfilarem naquele ano em homenagem a momo.

O concurso de Rainha do Carnaval provocava um enorme fascínio entre as agremiações carnavalescas que queriam ver o seu nome sendo representado pela vencedora do certame³⁹. A coqueluche do evento era tanta que o jornal *Diário da Noite* começou a promover algo semelhante

³⁷ Pré Carnavalesca poderá acabar por cansar folião. *Jornal do Commercio*, 11 de janeiro de 1972, capa. COC decidirá sobre a permanência da semana pré-carnavalesca. *Jornal do Commercio*, 12 de janeiro de 1972, 1º caderno, p. 12. Semana Pré Carnavalesca só depende de folião. *Jornal do Commercio*, 13 de janeiro de 1972, 1º caderno, p. 04. Folião poderá brincar a semana Pré Carnavalesca. *Jornal do Commercio*, 01 de fevereiro de 1972, 1º caderno, p. 12. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

³⁸ Rei Momo primeiro e único. *Correio do Povo*, 07 de fevereiro de 1957, p. 01. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

³⁹ Milhares de pessoas assistiram ontem ao desfile de abertura do carnaval recifense. *Diário de Pernambuco*, 11 de fevereiro de 1961, 1º caderno, p. 03. Coroação da rainha de carnaval atraiu multidão iniciando em grande estilo o carnaval de 1964. *Diário de Pernambuco*, 02 de fevereiro de 1964, 1º caderno, p. 04. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

"Rainha morena para o carnaval". Acontecimento que recebeu críticas de jornalistas de outros periódicos, que alegavam já haver um concurso semelhante na cidade. No entanto, sobre isso o jornalista Paulo Viana⁴⁰ salientou: “pelo natal aparecem dezenas de papai Noel e no carnaval o número de rei momo também some as dezenas. Por que não podemos ter mais de uma rainha [...]”.⁴¹

Ao consultar os jornais da época verifiquei que outra relevante preocupação dos sujeitos que organizavam o carnaval em Recife no final dos anos de 1950, principalmente os membros da ACCR, era com a descentralização da festa momesca.⁴² Esses indivíduos julgavam necessário que fosse descentralizada da Praça do Diário – Quartel General do Frevo - a concentração dos foliões durante os festejos. E para realizar tal mudança tinham que modificar o horário, o tempo e o trajeto de apresentação das agremiações carnavalescas. No entanto, quando os membros da ACCR pensavam em fazer essas alterações esbarravam nos tradicionalistas.⁴³

Pelo que pude interpretar desses embates travados nos jornais no final dos anos de 1950, deduzi que havia dois grupos distintos. Um desses tinha no jornalista Mário Melo seu grande representante e apresentavam-se como os "tradicionalistas", os "defensores" de uma prática de festa carnavalesca onde as mudanças que se procurava imputar não eram bem vistas. Para eles o carnaval no Recife deveria continuar como "sempre" foi com suas marcas e práticas tradicionais. E já o outro grupo representado, em sua maioria, pelos jornalistas ligados à ACCR, desejava dar uma nova feição aos festejos em homenagem a momo no Recife.

Com o intuito de descentralizar o carnaval recifense, dando maior amplitude ao local dos festejos, resolveram as entidades encarregadas de sua organização e propaganda que os palanques respectivos sejam armados em locais diferentes. Na praça da Independência será armado o pavilhão da Comissão Organizadora do Carnaval. Na Avenida Guararapes, em frente ao edifício dos Correios e Telégrafos, se erguerá o palanque da Associação dos Cronistas Carnavalescos. O bairro da Boa Vista, este ano também será ponto de

⁴⁰ O jornalista Paulo Viana nasceu em 1922. Graduiu-se em sociologia pela UFPE, mas dedicou parte de sua vida ao exercício do jornalismo. Tinha fortes ligações com a cultura negra e com o carnaval. Foi um dos incentivadores do samba no Recife, tendo sido ele secretário quando da fundação da União das Escolas de Samba de Pernambuco. Entretanto Paulo Viana teve o seu nome ligado mesmo ao evento da Noite dos Tambores Silenciosos, que, segundo ele, procurava resgatar a tradição africana na cidade. Trabalhou em diversos jornais pernambucanos, a exemplo do Diário da Noite, Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco. Faleceu no dia 30 de novembro de 1987, In: Tambores silenciam: morre o folclorista Paulo Viana. *Diário de Pernambuco*, 01 de dezembro de 1987, p. A11, *apud*: LIMA,IVALDO MARCIANO DE FRANÇA. *Entre Pernambuco e África. História dos Maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960 – 2000)*. Tese de Doutorado em História, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, p. 291, 2010.

⁴¹ VIANA, Paulo. Carnaval à vista. *Diário da Noite*, 02 de fevereiro de 1965, p. 08. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁴² A Descentralização do carnaval é um absurdo. *Jornal do Commercio*, 03 de fevereiro de 1957, p. 03. Reagem os foliões pernambucanos contra o cerceamento do carnaval. *Folha da Manhã*, 11 de fevereiro de 1955, p. 09. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁴³ Descentralização do Carnaval. Seção: Carnaval, festa do povo. *Folha da Manhã*, 13 de fevereiro de 1958, p. 03. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

concentração dos foliões, revivendo-se, assim, os animados carnavais da Rua da Imperatriz, de vinte anos passados. Ao que tudo indica, o palanque da Federação Carnavalesca será armado na Praça Maciel Pinheiro.⁴⁴

Nesses anos os jornais estavam repletos de notícias que mencionavam os problemas que as mudanças implantadas ao carnaval provocavam. A matéria abaixo demonstra como deve ter sido difícil para os indivíduos que administravam os dias de folia em Recife dar conta de uma festa que crescia e não podia mais ser feita como no passado. Mas, para os tradicionalistas, as mudanças eram encaradas como um processo prejudicial à folia momesca e que a levaria à morte.

Do Sr. Arnaldo de Barros Correia, residente no bairro da Boa Vista, recebemos pelo correio esta carta: “Está todo mundo louco: querem as autoridades mudar o curso, a passagem, o desfile dos clubes, maracatus e escolas de samba, para a Avenida Caxangá, relegando a segundo plano o centro da Cidade, a Avenida Guararapes, a Pracinha. O QG do frevo e ruas adjacentes, aonde todos os recifenses vem divertir-se. Desde muito tempo se encontra o carnaval recifense descentralizado, Cada bairro, cada subúrbio, estão cuidando de seu próprio carnaval, independentemente da interferência oficial, da Prefeitura ou de qualquer outra repartição pública. Existem ruas cujos moradores se cotizam a fim de determinados clubes transitarem por lá, proporcionando-lhe assim momentos de alegria. Tudo isso está certíssimo. Entre isso e mudar definitivamente, com armas e bagagens, locais tradicionais de passagem dos préstitos carnavalescos a distância, a lógica, o bom senso, estão muito longe. O carnaval grosso, grande, o grande carnaval, da Pracinha, deve ficar mesmo onde sempre esteve: no centro, na Avenida Guararapes, com os seus palanques, palanques da Associação dos Cronistas Carnavalescos, palanque da Federação Carnavalesca. O povo deve unir-se contra esse golpe definitivo, de misericórdia, contra o carnaval pernambucano. Velhos foliões, compositores, gente de todos os níveis, devem unir-se contra essa pretensão oficial. O carnaval deve ficar onde estar.⁴⁵

Um tema ligado ao carnaval que, posso afirmar, circundou quase todos os anos as páginas dos jornais foi a questão das verbas destinadas à organização do evento, bem como também às agremiações.⁴⁶ Com os dias gordos oficializados, os grupos carnavalescos teriam direito a uma ajuda

⁴⁴ Descentralização do carnaval Recifense. Seção: Carnaval. *Jornal do Commercio*, 08 de janeiro de 1958, p. 13. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁴⁵ Carnaval no Centro. *Diário da Noite*, 16 de janeiro de 1967, p. 04. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁴⁶ Na pesquisa que empreendi encontrei inúmeras matérias, vou destacar apenas algumas: Ajuda do poder público aos clubes pedestres. *Folha da Manhã*, 09 de fevereiro de 1955, p. 11. Inscrições para concessão de auxílios a entidades carnavalescas. *Folha da Manhã*, 31 de janeiro de 1956, p. 09. Auxílio as entidades carnavalescas. *Folha da Manhã*, 17 de janeiro de 1957, p. 08. Verbas para os clubes. *Folha da Manhã*, 04 de fevereiro de 1958, p. 05. Carnaval ameaçado com falta de verbas. *Diário de Pernambuco*, 09 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 03. Agremiações carnavalescas vão receber subvenções do Estado. *Diário de Pernambuco*, 11 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 08. COC e Federação ainda não

dos cofres públicos para custear parte das despesas com a apresentação durante o período momesco. Entretanto essa verba ou demorava muito para ser entregue, chegando inclusive a ser recebida apenas no carnaval posterior, ou em alguns anos não eram nem sequer entregues.

A não entrega das verbas em um tempo hábil para a preparação do carnaval ocasionou que inúmeros grupos carnavalescos, considerados pelas páginas dos jornais como tradicionais, deixavam de se exhibir. E o motivo alegado era a falta de dinheiro para custear as despesas com a apresentação para os festejos de momo.⁴⁷ O que provocava uma reação dos "defensores da tradição carnavalesca" que escreviam nos periódicos acusando os administradores dos dias gordos de descaso para com a festa.

Em diversos momentos da pesquisa, pude visualizar nos jornais um debate, entre parte da intelectualidade local, sobre a validade ou não da subvenção do poder público ao carnaval. Entre os contrários à subvenção estava o jornalista Samir Abou Hana.⁴⁸ De acordo com ele, os clubes carnavalescos não deveriam viver apenas do pecúlio dos cofres municipais e estaduais para organizarem sua apresentação nos dias de momo, deveriam realizar mais festas em suas sedes ou mesmo em outros espaços da cidade. Que essas agremiações voltassem a criar novas estratégias de sobrevivência, em vez de ficarem somente à mercê da boa vontade dos organizadores da festa.

É preciso "fazer movimento" para manter seus "habitués" sempre presentes aos "arrasta pés". [...] o desaparecimento de agremiações e a péssima situação financeira em que se encontram as atuais se deve, sobretudo, à maléfica interferência da política entre os diretores. Formaram-se grupos e sub grupos, resultando no enfraquecimento das entidades quando, o objetivo principal deveria ser o de trabalhar para soerguer o clube e cuidar de carnaval, meta precípua de cada um. Certo está o secretário Alfredo de Oliveira, presidente da COC, quando afirma que a política paternalista deve acabar. Nada do governo andar subvencionando agremiações sob condicionamento de suas apresentações nos desfiles. Cada qual que cuide de si como organização privada. Cada um que procure angariar meios

sabem se Prefeitura vai liberar NCr\$ 60 mil para ajudar o carnaval de rua. *Diário de Pernambuco*, 12 de janeiro de 1969, 1º caderno, p. 21. Verbas não saíram. *Diário de Pernambuco*, 10 de janeiro de 1970, 2º caderno, p. 09. COC libera verbas para os clubes recifenses. *Diário de Pernambuco*, 02 de fevereiro de 1971, 2º caderno, p. 01. Agremiações carnavalescas recebem recursos da EMETUR. *Diário de Pernambuco*, 12 de fevereiro de 1972, 1º caderno, p. 12. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁴⁷ Falta de verba, motivo único da ausência do vassourinhas. *Diário de Pernambuco*, 24 de fevereiro de 1965, 2º caderno, p.02. Batutas de São José foi esquecido no auxílio concedido pelo Estado. *Diário de Pernambuco*, 13 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 06. Vassourinhas completa 80 anos, porém ainda não sabe se desfilará este ano. *Diário de Pernambuco*, 05 de janeiro de 1969, 1º caderno, p. 06. Vassourinhas talvez não tenha dinheiro para sair. *Jornal do Commercio*, 15 de janeiro de 1965, p. 08. Batutas de São José sem dinheiro sem dinheiro não sai este ano. *Jornal do Commercio*, 23 de janeiro de 1965, p. 08. Vassourinhas continua ameaçado de não desfilar. *Jornal do Commercio*, 27 de fevereiro de 1965, p. 10. Falta de verba prejudica o clube vassourinhas. *Jornal do Commercio*, 08 de janeiro de 1972, 1º caderno, p. 12. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁴⁸ Samir Abou Hana é um jornalista de relevante atuação no Estado de Pernambuco. Até hoje comanda programas em rádios e TVs do Estado.

para sobrepujar o outro. Condicionar suas saídas a rua à verba governamental é um vício alimentado pelos políticos que, nos clubes, armam seus cabides eleitorais. Ajudar é uma coisa. Fazer com que eles dependam exclusivamente do governo é outra. É esse erro que tem colaborado para que as agremiações não se organizem a ponto de viver independente.⁴⁹

Foi nos anos de 1960 também que, por iniciativa do jornalista de relevante atuação no Diário da Noite, Paulo Viana, foi organizada a *Noite dos Tambores Silenciosos*. Segundo o historiador Ivaldo Marciano de França Lima esse acontecimento significou "referência cultural para os maracatuzeiros e maracatuzeiras, além do povo de terreiro das religiões de divindade e de entidades existentes no grande Recife".⁵⁰

Paulo Viana promoveu uma série de eventos no Pátio do Terço ao longo dos anos de 1960, que concomitantemente dariam os contornos da Noite dos Tambores Silenciosos. A iniciativa do jornalista procurou positivar a cultura dos negros em Recife, dando a ela sentidos que a aproximassem da africanidade. Aludia a uma África Ancestral. Viana afirmava acreditar mais na tradição oral das comunidades de afro descendentes do que no saber dos intelectuais.⁵¹ Baseado nesse propósito organizou a Noite dos Tambores Silenciosos.⁵²

Os anos de 1960 também foram marcados pelo desejo dos administradores do carnaval de "vender" a festa. Com o objetivo de divulgar os festejos momescos recifenses em outras cidades, os organizadores do carnaval criavam o "Voo do Frevo".⁵³ Esse evento consistia numa espécie de intercâmbio entre os principais carnavais do Brasil. Saíam em um avião do Recife integrantes das agremiações carnavalescas que se apresentavam durante os dias de momo na capital pernambucana, juntamente com autoridades políticas para outras cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus

⁴⁹ HANA, Samir Abou. Clubes carnavalescos não só devem viver de subvenções. *Diário de Pernambuco*, 05 de janeiro de 1969, 1º caderno, p. 07. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁵⁰ LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Entre Pernambuco e África. História dos Maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960 – 2000)*. Tese de Doutorado em História, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2010, p. 209.

⁵¹ LIMA, Ivaldo Marciano de França; GUILLEN, Isabel. C. M. Os Maracatus Nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960 – 1990). In: *Cultura Afro descendente no Recife: maracatus, valesstes e catimbós*. Recife: Bagaço, 2007, p. 43.

⁵² Noite dos Tambores Silenciosos – Festa mística dentro do carnaval. *Correio do Povo*, 11 de fevereiro de 1961, p. 04. Dia e Noite no Pátio do Terço. *Diário da Noite*, 02 de março de 1962, p. 05. Coroação de "Dona Santa", hoje à noite no Pátio do Terço. *Diário da Noite*, 02 de março de 1962, p. 02. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁵³ Frevo irá até o maracanãzinho. *Diário de Pernambuco*, 12 de janeiro de 1968, 2º caderno, p. 02. Frevos do Recife obtêm sucesso na Guanabara. *Diário de Pernambuco*, 01 de fevereiro de 1970, 1º caderno, p. 09. Manaus terá três dias de carnaval pernambucano. *Diário de Pernambuco*, 19 de janeiro de 1971, 2º caderno, p. 01. Vôo do frevo vai despertar foliões cariocas. *Jornal do Commercio*, 04 de janeiro de 1970, II caderno, p. 08. Rio um momento de frevo. *Jornal do Commercio*, 27 de janeiro de 1970, II caderno, p. 03, coluna do Alex. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

para divulgar os símbolos do carnaval recifense.⁵⁴ Dentro desse cenário, Recife também recebeu o "Voo do Samba" com o objetivo de divulgar a folia carioca.⁵⁵

O Voo do frevo inseriu-se dentro de um processo maior de transformações que os dias de momo na capital pernambucana vivenciou. Com a criação da EMETUR (Empresa Metropolitana de Turismo), começou a existir uma preocupação maior em divulgar e promover os símbolos da cultura pernambucana. E um dos principais vetores desse processo foi o carnaval. Os festejos momescos deveriam ser divulgados e com isso atrair mais turistas para o Estado. Eram as políticas públicas que visavam valorizar os dias gordos em Recife que disputavam com o Rio de Janeiro o título de "melhor carnaval do mundo".

Em dezembro de 1964, o prefeito do Recife, Augusto Lucena⁵⁶, por meio da Lei Nº 9.355⁵⁷ transforma a Comissão Permanente do Carnaval em Comissão Organizadora do Carnaval (COC), que foi a responsável pelos festejos carnavalescos recifenses entre 1964 e 1972. Sobre isso, o memorialista Leonardo Dantas Silva discorreu:

[...] Pelo novo decreto, o carnaval do Recife passa a ser supervisionado por uma comissão formada por três vereadores, um representante da Federação Carnavalesca Pernambucana, um representante da Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife e dois membros de livre escolha do prefeito do município, sob a presidência do diretor do Departamento de Documentação e Cultura. A Federação, antes mentora suprema do carnaval, passou a exercer o papel de fiscal e colaboradora. Assim passou a existir a Comissão Permanente do Carnaval que, pela lei número 9.355, sancionada pelo prefeito Augusto Lucena em 11 de dezembro de 1964, foi transformada em Comissão Organizadora do Carnaval (COC), presidida pelo Secretário de Educação e Cultura, tendo como membros cinco vereadores, quatro pessoas de livre escolha do prefeito, um representante da Federação Carnavalesca Pernambucana, um representante da Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife, um representante da Federação das Indústrias de Pernambuco e um representante do Governo do Estado.⁵⁸

⁵⁴ Nilo irá no voo do frevo. *Diário de Pernambuco*, 21 de janeiro de 1968, 2º caderno, p. 02. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁵⁵ Vão do samba em maio no Recife. *Diário de Pernambuco*, 28 de janeiro de 1968, 2º caderno, p. 02. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁵⁶ Para saber mais a respeito das ações do Governo de Augusto Lucena no Recife, ver entre outros: BERNARDES, Denis. *Recife, o caranguejo e o viaduto*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

⁵⁷ Lei Municipal Nº 9.355 sancionada pelo prefeito do Recife Augusto Lucena em 11 de dezembro de 1964. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br>>. Acesso em 12/07/2014

⁵⁸ SILVA, Leonardo Dantas. Elementos para a História Social do Carnaval do Recife. In: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo Dantas (Orgs.). *Antologia do Carnaval do Recife*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991, p. LXXXIII-LXXXIV.

Em 1968, foi criada a EMETUR (Empresa Metropolitana de Turismo da Cidade do Recife) por meio da Lei Nº. 9.927.⁵⁹ A EMETUR era um órgão mantido pela poder público municipal que "realizava festivais de música, publicava cartilhas sobre as danças e músicas populares, cartilhas de folclore".⁶⁰ Com o passar do tempo a "EMETUR [...] vai assumindo as funções do COC, e passa a organizar o carnaval como um todo a partir da metade da década de 1970".⁶¹ Assim, em 1972, o prefeito do Recife Augusto Lucena sancionou a Lei Municipal Nº 10.537. Por meio dessa lei, voltou à cena, para promover a organização da folia de momo da cidade, a Comissão Promotora do Carnaval (CPC) agora ligada a EMETUR.

Art. 8º A Empresa (sic) Metropolitana de Turismo elaborará um plano de atividades para cada período carnavalesco, que será submetido à apreciação da Comissão Promotora do Carnaval, a qual compete a sua aprovação.

Art. 9º Do plano deverá constar, obrigatoriamente, o orçamento de ajuda financeira a todos os clubes, blocos, troças, maracatus, caboclinhos e escolas de samba, desde que tenham existência legal e sejam filiados a Federação Carnavalesca Pernambucana.

Parágrafo Único. Além da ajuda financeira, a EMETUR poderá prestar assistência técnica e artística a qualquer instituição carnavalesca, quando solicitada.⁶²

Diante disso, a Comissão Promotora do Carnaval tinha o objetivo de organizar e pensar os moldes da festa. Era ela a responsável pelos rumos que os dias de momo iriam seguir dali em diante.

Art. 2º Para programar e patrocinar as atividades previstas no artigo anterior, fica criada a COMISSÃO PROMOTORA DO CARNAVAL - C.P.C. - que funcionará sob a presidência do Diretor-Presidente da EMETUR [...].

Art. 7º A C.P.C. reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, até o mês de outubro e daí por diante, até a conclusão dos festejos carnavalescos, uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente.⁶³

Mesmo não estando explícito no texto da Lei Nº 10. 537, o carnaval do Recife durante a década de 1970 foi marcado pela ideia de espetacularização.⁶⁴ Guy Debord menciona ser o espetáculo

⁵⁹ Lei Municipal Nº 9.927 sancionada pelo prefeito do Recife Augusto Lucena em 03 de junho de 1968. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br>>. Acesso em 12/07/2014

⁶⁰ VICENTE, Tâmisia Ramos. Políticas Públicas de Cultura e Turismo - O entrelace das ações nos Órgãos de fomento ao Turismo de Pernambuco - Empetur e Emetur. *Cultur: Revista de Cultura e Turismo*, v. 3, p. 25-45, 2009, p. 12.

⁶¹ Idem, p. 16.

⁶² Lei Municipal Nº 10.537 sancionada pelo prefeito do Recife Augusto Lucena em 14 de março de 1972. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br>>. Acesso em 12/07/2014

⁶³ Lei Municipal Nº 10.537 sancionada pelo prefeito do Recife Augusto Lucena em 14 de março de 1972. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br>>. Acesso em 12/07/2014

um momento da vida humana na qual "tudo o que era diretamente vivido se afastou numa representação".⁶⁵ E os sentidos em torno do espetáculo versus a participação promoveram um dos mais importantes debates nesses anos.

Os meios de comunicação tiveram papel importante nesse debate. As emissoras de rádio contribuíram significativamente na divulgação das novas medidas implantadas pelos responsáveis da administração do carnaval. Os principais grupos carnavalescos eram visitados pelo pessoal das rádios que os procuravam para saber dos preparativos para os desfiles. Para os foliões era importante ouvir o nome da sua agremiação sendo divulgado pelas rádios. Pelo contato com os jornais da época verifiquei que as rádios criavam programas, durante o reinado de momo, para promover as músicas carnavalescas.

As emissoras de televisão iniciaram as transmissões dos desfiles em meados dos anos de 1960. E segundo a antropóloga Katarina Real⁶⁶, foi esse acontecimento um dos maiores responsáveis pela mudança na forma dos grupos carnavalescos se apresentarem.⁶⁷ A transmissão dos desfiles pela televisão fez parte de um processo de mudanças pelas quais os dias de momo em Recife estavam passando. As modificações que a folia momesca vivenciou nesses anos fizeram parte da implantação de um modelo de festa pautado na concepção do denominado "carnaval espetáculo".⁶⁸

Espectáculo versus Participação: a hora e a vez da passarela

Provavelmente, dentro do processo de implantação e consolidação do modelo de "carnaval espetáculo", a introdução de uma passarela para a apresentação das agremiações carnavalescas

⁶⁴ Segundo Guy Debord "o mundo, ao mesmo tempo presente e ausente que o espetáculo apresenta, é o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido". DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 37.

⁶⁵ Idem, p. 13.

⁶⁶ Katarina Cate Real nasceu no dia 07 de dezembro de 1927, na cidade de Annapólis, Maryland, Estados Unidos. Formou-se em Artes e Estudos Luso Brasileiros, pela Stanford University, em 1949. Na capital pernambucana, Katarina atuou principalmente junto à Comissão Pernambucana de Folclore (CPF), de 1964 a 1968, e foi presidente da Comissão Organizadora do Carnaval de Recife, de 1966 a 1968. Nos anos de 1960 terminou seu mestrado em Antropologia e Estudos de Folclore, na Universidade da Carolina do Norte, em Chape Hill (UNC-CH), sua dissertação foi sobre o carnaval brasileiro. KUBRUSLY, Clarisse Q. *Reflexão antropológica sobre a "experiência etnográfica" de Katarina Real com os maracatus em Recife*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, pp. 30-41.

⁶⁷ REAL, Katarina. *O Folclore no Carnaval do Recife*. 2. Ed. rev. e aum. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990, p. 50.

⁶⁸ Segundo o memorialista Leonardo Dantas Silva, o carnaval espetáculo foi um projeto de folia que prejudicou o chamado "carnaval participação" provocando uma verdadeira inflação das escolas de samba em detrimento dos clubes de frevo, blocos, troças, caboclinhos e maracatus. (SILVA, Leonardo Dantas. *Elementos para a História Social do Carnaval do Recife*. In: *Antologia do Carnaval do Recife*. Mário Souto Maior e Leonardo Dantas Silva. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991, p. LXXXIV). Sobre a ideia de espetáculo, ver: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. "Os Sentidos do Espetáculo". *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 2002, v. 45, Nº 1.

tenha sido uma das mais relevantes.⁶⁹ Os representantes da ACCR justificavam a presença desse elemento, pois acreditavam que assim os jornalistas, os jurados e o público presente em geral poderiam ter uma visão melhor da apresentação dos grupos.⁷⁰ No entanto alguns "defensores do tradicionalismo histórico da festa carnavalesca" viam na instituição da passarela um perigo de morte para a folia. Afirmavam que o carnaval em Recife nunca teve separação entre público e agremiações, e caso acontecesse a institucionalização da passarela estaria "descaracterizando" o festejo, criava-se outro, e não haveria mais o "legítimo carnaval recifense".⁷¹

A institucionalização da passarela nos festejos carnavalescos em Recife desdobrou um debate relevante nos jornais entre os defensores e os críticos de sua permanência. Os cronistas, defensores da passarela, alegavam que as críticas que ela recebia decorriam de sujeitos presos ao passado e que não conseguiam compreender com clareza as mudanças do carnaval e que a festa precisava se adaptar às necessidades da "nova forma nascente" de se brincar os dias de momo. Salientavam ainda que a criação da passarela nos festejos carnavalescos recifenses foi uma ação tão importante que os carnavais de outras cidades começaram a copiar a ideia, como é o caso do Rio de Janeiro que instituíram passarela por lá também.⁷²

No entanto os sujeitos que se apresentavam nos jornais como os "defensores do tradicionalismo histórico da festa carnavalesca recifense", alegavam que a institucionalização de uma passarela nos dias de momo rompia com a tradição dos festejos na cidade, bem como com a forma das agremiações apresentarem-se. Visto que o carnaval em Recife durante sua história decorreu de uma liberdade e de uma igualdade, sem distinção entre desfilantes e brincantes, "unindo ricos e pobres, o bem vestido com o maltrapilho, o sisudo com o folgazão".⁷³ E com a passarela estaria se instituindo uma divisão dos foliões, entre brincantes e espectadores. Um dos críticos da presença da

⁶⁹ De acordo com as informações dos jornais, a passarela foi instituída no carnaval recifense em 1953, por iniciativa de Aristóфанes da Trindade, ex-presidente da Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife. A História da Passarela. *Folha da Manhã*, 13 de janeiro de 1958, p. 02/07. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁷⁰ A Passarela. *Folha da Manhã*, 08 de janeiro de 1958, p. 05. Foi tudo mentira a "passarela" está perfeita. *Folha da Manhã*, 13 de janeiro de 1958, p. 07. Duas Atitudes. *Folha da Manhã*, 17 de Janeiro de 1958, p. 05. Crise em função da Passarela. *Folha da Manhã*, 18 de janeiro de 1958, p. 05. Problemas da C.D.C. *Folha da Manhã*, 22 de Janeiro de 1958, p. 05. Passarela um problema. *Diário da Noite*, 12 de março de 1962, p.05. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁷¹ Fora com a Passarela! *Jornal do Commercio*, 12 de fevereiro de 1957, p. 02. Medida infeliz, ilegal e perniciosa. *Jornal do Commercio*, 14 de fevereiro de 1957, p. 02. Problema da Passarela. *Jornal do Commercio*, 17 de janeiro de 1958, p. 12. Folclorista é contra desfile na passarela. *Diário da Noite*, 13 de janeiro de 1972, 1º caderno, p.03. Carnaval: não será mais construída a passarela. *Diário de Pernambuco*, 24 de janeiro de 1958, p. 03. A Passarela, este ano, no Quartel General do Frevo. *Diário de Pernambuco*, 17 de fevereiro de 1960, p. 04. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁷² A História da Passarela. *Folha da Manhã*, 13 de janeiro de 1958, p. 02/07. O caso da Passarela está no judiciário. *Folha da Manhã*, 06 de fevereiro de 1958, p. 05. Justiça autorizou a armação da "passarela". *Folha da Manhã*, 07 de fevereiro de 1958, p. 05. Folclorista é contra desfile na passarela. *Diário da Noite*, 13 de janeiro de 1972, I caderno, p. 03. Fora da Passarela. *Diário da Noite*, 16 de fevereiro de 1972, I caderno, p. 02. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁷³ MELO, Mário. Fora com a Passarela! *Jornal do Commercio*, 12 de fevereiro de 1957, p. 02. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

passarela nos dias de momo em Recife foi o jornalista, da Folha da Manhã e do Jornal do Commercio, Mário Melo, que sobre o caso discorreu:

[...] é preciso proscrevê-la definitivamente. Essa passarela é o que há de mais descaracterizante do carnaval recifense. [...] a passarela estabelece uma espécie de aristocracia, separa o povo do clube, permitindo que este suba para o tablado, deixando aquele no calcamento e até impedindo-lhe a visão em consequência da sua altitude, para que somente o aprecie, de palanque, aquele que no palanque estiver. E estimula os clubes a romperem com sua tradição e apresentar-se como a corte de algum rei da antiguidade [...] precisamos de fazer o carnaval retroagir ao que era: os clubes simplesmente com seu estandarte e seu cordão, sem aqueles indumentos exóticos, em contato direto com as suas caudas, o que a passarela impede. Portanto, o grito uníssono do povo deve ser: nada de privilégios; fora com a passarela! E se não for atendido, se insistirem na armação da caranguejola, tomarem os clubes o propósito de passar por fora dela, de mistura com seus acompanhantes. O clube é o povo e para o povo e não para privilegiados.⁷⁴

O debate provocado nos jornais pela presença da passarela ia além da sua existência ou não nos festejos carnavalescos. Onde ela seria instalada? Como seria montado o palanque? Quantos lugares? Desses quantos seriam reservados às autoridades estaduais e municipais?⁷⁵ As mudanças ocasionadas com o local da montagem da passarela ultrapassavam o campo de uma mera escolha. O que estava em debate naqueles anos (1955-1972) era mais uma vez o jogo da tradição carnavalesca local. Caso a passarela – que já era uma ofensa para alguns – não fosse instalada na Pracinha do Diário, para os "defensores do tradicionalismo histórico da festa", era uma tentativa de descaracterização, um desrespeito com o carnaval da cidade.

Por meio dessas questões, posso afirmar que não havia homogeneidade em torno das mudanças e permanências implementadas na festa pelos sujeitos que a organizavam e/ou discutiam seus sentidos. Assim sendo, é possível visualizar a cultura não como um campo de construção de harmonias e consensos, mas como um meio de efetivação de disputas e embates entre diferentes práticas e tradições que se digladiavam para serem legitimadas. Ao se recompor essas tramas, possibilito-me entender esse movimento e os diversos pontos de vistas.

A passarela foi institucionalizada no carnaval em Recife e com ela vieram algumas mudanças significativas para a festa. A primeira foi a forma como o espaço público era organizado para os dias de

⁷⁴ MELO, Mário. Fora com a Passarela! *Jornal do Commercio*, 12 de fevereiro de 1957, p. 02. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁷⁵ Passarela no chão. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1967, p. 05. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

folia. As agremiações teriam que percorrer determinado percurso pelas ruas da capital pernambucana⁷⁶ e apresentar-se diante de uma comissão julgadora localizada em frente à passarela.

Durante os anos de 1955 e 1972, a passarela foi montada em diversos lugares e também modificada. Inicialmente era na Praça do Diário, uma espécie de "alambrado", um "elevado" como alguns indivíduos a definiam, os foliões comprimidos nas ruas observavam a apresentação da agremiação em cima do palco e o desfile era por ordem de chegada. Ou seja, não havia uma ordem para a apresentação das agremiações, tampouco divisão por categorias (blocos, troças, escolas de samba, maracatus...).

Como o espaço, na Praça do Diário, era muito apertado, os organizadores do carnaval decidiram modificar o lugar onde estava localizada a passarela, bem como a sua estrutura, armando arquibancadas paralelas ao seu percurso, e a rua tornou-se o espaço reservado para o desfile dos grupos carnavalescos. Com isso, durante os anos de 1960, a passarela foi transferida da Praça do Diário para as Avenidas Conde da Boa Vista, Guararapes e Dantas Barreto, respectivamente, todos esses locais no centro da cidade do Recife.

Outra novidade proporcionada pela inclusão da passarela como elemento dos festejos carnavalescos na capital pernambucana foi a introdução de um tempo máximo para a apresentação das agremiações. Os grupos carnavalescos teriam 30 minutos para exhibir-se diante da comissão julgadora.⁷⁷ Antes, os grupos não tinham tempo limite para desfilarem. Houve quem acreditasse que essa medida estaria associada a uma campanha, de parte dos organizadores dos festejos, contra o samba em Recife⁷⁸, pois, segundo os jornais noticiavam, as escolas de samba eram as agremiações que mais demoravam em suas apresentações, bem como eram as que atraíam os maiores olhares do público e com isso provocavam ciúmes em outros grupos carnavalescos.⁷⁹

Inicialmente a passarela, idealizada pelos membros da ACCR, foi construída com recursos dessa entidade e guardada no almoxarifado da Prefeitura Municipal. Em anos posteriores, com a criação da COC (Comissão Organizadora do Carnaval) em 1964 ganhou cada vez mais destaque dentro da "nova filosofia" para os dias de folia em Recife. E com a importância dada aos desfiles na

⁷⁶ Percurso esse que variava dependendo da agremiação, bem como do horário do desfile.

⁷⁷ Agremiações terão apenas 30 minutos para a exibição. *Jornal do Commercio*, 16 de fevereiro de 1966, p. 03. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE

⁷⁸ Agremiações terão apenas 30 minutos para exibição. *Jornal do Commercio*, 16 de fevereiro de 1966, p. 03. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE

⁷⁹ O samba venceu nos Guararapes, *Diário da Noite*, 28 de fevereiro 1962, p. 01; Estudantes deu uma aula de samba na terra do frevo, *Diário da Noite*, 03 de março de 1965, p. 01; Multidões de Foliões prestigiou "O samba no Pátio do Terço". *Diário da Noite*, 20 de fevereiro de 1966, p. 02; Samba Ganhou mais pontos. *Diário da Noite*, 28 de fevereiro de 1968, p. 16, II edição; Escolas dominaram na segunda. *Diário da Noite*, 19 de fevereiro de 1969, p. 02, I caderno; Samba desce do morro e invade Boa Viagem. *Diário da Noite*, 05 de fevereiro de 1972, p. 03, I Caderno; A elevação do samba, *Última Hora*, 29 de fevereiro de 1964, p. 08; Em ritmo de samba, *Última Hora*, 11 de março de 1964, p. 09; Exaltação ao Samba – festa que marcará época. *Correio do Povo*, 23 de janeiro de 1961, p. 04; Samba na avenida. *Diário de Pernambuco*, 21 de fevereiro de 1971, p.08, I caderno. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE

passarela nesses anos, provocou-se, para os intelectuais "defensores do tradicionalismo histórico da festa carnavalesca", a decadência do carnaval de rua. Os foliões passaram a concentrar-se nas arquibancadas armadas em torno da passarela, bem como nos clubes que realizavam atrativas festas durante os dias de momo.

A Passarela foi acusada pelos tradicionalistas de transformar os foliões recifenses em meros espectadores dos festejos, ao passo que desprestigiava as agremiações locais em nome de outras alienígenas, ou seja, as escolas de samba. Durante os anos de 1960, o modelo festa com a construção das arquibancadas paralelas à passarela foi se consolidando, ao passo que foi violentamente combatido nos jornais, pelos intelectuais "puristas". As arquibancadas e a passarela ganhavam destaque dentro da disputa entre os modelos de carnaval espetáculo e participação.⁸⁰ Sobre os conflitos em torno das duas práticas de festa para os Dias Gordos, Waldemar de Oliveira⁸¹ salientou:

Já que estamos em pleno carnaval, seja, o assunto carnaval. É só escolher. Por exemplo: o Secretário Lucilo Ávila Pessoa, em cuja pele não gostaria de estar nessa época difícil, perguntou-me, numa das últimas sessões do Conselho Municipal de Turismo: que critério deve predominar, para o carnaval de rua do Recife? Espetáculo ou participação? Em miúdos: deve o carnaval destinar-se à pura visão e deleite do povo ou ser estimulado para que o povo participe dele? Pegado de surpresa, minha primeira idéia (*sic*) foi que o melhor seria organizá-lo como participação durante o dia e como espetáculo a noite. Está visto que foi uma idéia (*sic*) sem maior consistência, pelos muitos inconvenientes que trás, talvez mesmo pela sua quase inexequibilidade. Considerei, depois, que se o carnaval está evoluindo, deixemo-lo evoluir, o sabor das próprias tendências do povo, restando-nos, apenas, assegurar, tanto quanto possível, a continuidade de suas melhores tradições. O que porém me parece certo, indiscutivelmente certo, agora que matuto melhor o assunto, é intervir para que os desfiles dos nossos clubes pedestres visem a maior participação do povo (organizem-se, com antecedência, concursos de passo), convencendo-se, as suas diretorias, de que espetaculosidade de guarda roupa nada adiantam. Salvem-se o balisa, o porta estandarte (e o próprio estantarde), o cordão e, se querem, a chamada comissão de frente. Na verdade, de um clube pedestre o que se quer ver, além dos pontos em que já toquei, é a fanfarra e é a onda, sinal da excelência do excitante música e da preferência

⁸⁰ Prefeitura começou a construção de arquibancadas. *Jornal do Commercio*, 05 de janeiro de 1964, p. 13. Arquibancadas ainda é problema para a COC. *Diário da Noite*, 11 de fevereiro de 1971, 1º caderno, p. 03. Prefeitura fará arquibancadas. *Diário da Noite*, 14 de janeiro de 1970, 2º caderno, p. 01. Arquibancada para o público ainda é problema difícil. *Diário da Noite*, 15 de janeiro de 1970, 1º caderno, p. 02. Prefeitura monta arquibancadas para 6 mil pessoas. *Jornal do Commercio*, 08 de fevereiro de 1972, 1º caderno, p. 12. Arquibancadas terão lugar para a acomodar sete mil espectadores. *Diário de Pernambuco*, 04 de fevereiro de 1972, 1º caderno, p. 03. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE

⁸¹ Waldemar de Oliveira nasceu no dia 02 de maio de 1900, na cidade do Recife-PE. Foi médico, professor, jornalista, teatrólogo, compositor, escritor, crítico de arte, foi membro da Academia Pernambucana de Letras, da Academia Pernambucana de Médicos, da Academia Pernambucana de Música, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico. Morreu em 18 de abril de 1977, na cidade do Recife, In: MAIOR, Mário Souto. *Dicionário de Folcloristas Brasileiros*. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1999, p. 178-179.

clubística. Tudo o mais cai a pano secundário, inclusive as famosas taças de metal. Outras agremiações carnavalescas, ao contrário, concorrem para ser vistas, admiradas, louvadas, pelo guarda roupa da dança, pelo esquema geral da organização. Estão no caso o maracatu, com pouca "participação", os caboclinhos (com nenhuma), os blocos e as escolas de samba, que é especificamente de "espetáculo". Posso ir a rua para ver o desfile de uma escola de samba, de um caboclinho, de um maracatu, de um bloco (que deve também deixar-se de "fantasias"), porque todos são espetáculo. O clube pedestre, não: não deve tender a outra coisa que não seja provocar a "participação" do povo. Assim, estaria bem dividido o carnaval recifense.⁸²

É interessante compreender as colocações do jornalista Waldemar de Oliveira, que destaca a pluralidade presente no carnaval da cidade. Salienta que os organizadores deveriam estar atentos ao fato de que a folia era composta por diferentes agremiações, e que estas precisariam, evidentemente, de formatos de apresentações variadas. Como é o caso das escolas de samba, mais voltadas ao espetáculo e os clubes pedestres, marcados pela concepção de participação.

Esse debate em torno de um modelo de carnaval para a cidade do Recife se prolongou pelas décadas de 1970 e 1980. Período em que o carnaval espetáculo, e as escolas de samba ganharam força. E os intelectuais "tradicionalistas" combatiam violentamente esse cenário, acusando os organizadores do carnaval da capital pernambucana de "descaracterizarem" o festejo.⁸³ Para esses defensores da tradição, os dias em homenagem a momo no Recife deveriam preservar a sua "originalidade" pautada na espontaneidade dos foliões, sem a sua divisão entre espectadores e participantes, ou seja, sem o modelo de carnaval espetáculo.

Pude visualizar que os jornais destacavam o embate entre os modelos de carnaval espetáculo e participação. Os que acusavam o formato espetáculo vinham aos periódicos destacar a ideia que os foliões não participavam dos festejos, tornando-se meros espectadores da festa.

POVO NÃO PARTICIPA

O caricaturista Felix – como velho folião e dirigente de agremiações – lamenta que o povo não possa, presentemente, participar da onda do frevo, acompanhar os seus cordões prediletos e fazer o passo à vontade ao som de suas orquestras. Hoje, o que se verifica – prossegue – é o povo apático, de braços cruzados, estendido pelas avenidas, mantido a distância das agremiações por cordas de isolamento, com direito apenas a apreciar o desfile das fantasias. Até as orquestras – diz o velho protagonista de vários carnavais – não parecem mais aquelas do passado. O que tenho observado ultimamente é a apresentação

⁸² OLIVEIRA, Waldemar. Crônica da cidade: espetáculo ou participação. *Jornal do Commercio*, 08 de fevereiro de 1970, 1º caderno, p. 04. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁸³ Carnaval deve ser do povo. *Diário da Noite*, 24 de janeiro de 1972, 2º caderno, p.02. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

de duas ou três agremiações, perante o palanque das autoridades, tocando o mesmo frevo, como se cada clube, cada troça, não possuísse o seu repertório musical próprio. Antigamente eram as orquestras de trombonadas e muito metal que assinalavam o ponto alto do nosso carnaval de rua. Outrora, as agremiações não davam muita bola para as fantasias. A calça branca, o sapato de tênis e a camisa de meia compunham a fantasia ideal. Toda a força era dedicada às fanfarras e clube nenhum tocava música de outro nem marcha de concurso. Somente o hino da federação era comum a todas.⁸⁴

A principal crítica que os defensores do modelo de carnaval espetáculo enfrentavam era de cercear aos foliões o direito da participação direta na folia, segundo os críticos o que restava aos súditos de momo era a contemplação da festa. A ideia de uma festa voltada ao espetáculo tinha como mola propulsora a apresentação das escolas de samba.

Entretanto, ao se destacar a atuação de uma escola de samba, mais especificamente a Gigantes do Samba, pode-se ponderar a informação da não participação dos foliões diante do modelo espetáculo. Sobre isso, destaco as memórias do sambista Belo-X, que, ao rememorar as experiências de seu pai, relata que os desfiles das escolas de samba, do final dos anos de 1940 e início da década de 1950, atraíam inúmeros foliões em seus cortejos que eram somados com o passar da agremiação pelos diferentes bairros até chegar ao centro do Recife.⁸⁵

As escolas de samba saíam direto da cidade não, saía dos bairros, a pé, cantando, passando pelos bairros até chegar ao centro. Dizem que muitas vezes saía só a bateria, porta bandeira e quatro baianas, numa média de 15 pessoas e quando chegava no centro da cidade, chegava com quase mil pessoas. Porque ela saía nos bairros e arrastava. Os componentes que gostavam de Gigantes, por exemplo, ela saía de Água Fria, tinha gente que ficava esperando Gigantes passar na Encruzilhada, aí pegava aquele cortejo, passava em Santo Amaro, aí vinha embora. Dizem que as baianas cantavam pra caramba, não tinha esse negócio de enredo, nem samba enredo. E cada um colocava sua fantasia, botava fantasia na porta bandeira e no mestre sala, dizem que faziam aquela cabeleira de algodão de Luiz XV, quase todo mundo usava aquele cabeleira. E aí o povo saía cantando e a saía juntando. [...] E saíam assim as escolas de samba, saía família, saía filho e saía todo mundo. E faziam uma corda de isolamento, porque saíam todo mundo dentro da corda. Era uma corda que o cara amarrava lá, e ia enchendo, ia enchendo, e nego brincava dentro e fora da corda. (Depoimento do sambista Antônio José de Santana, conhecido como Belo-X)

⁸⁴ Félix: carnaval agora é "para" e não "do" povo. *Diário da Noite*, 23 de janeiro de 1968, p. 02. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁸⁵ Entrevista realizada por mim com o sambista Antônio José de Santana, mais conhecido como Belo-X, em 26 de novembro de 2010. Belo-X, segundo relatou-me, iniciou no samba na escola Estudantes de São José, teve passagem por algumas escolas de samba no Rio de Janeiro, e atualmente é compositor e intérprete da Gigantes do Samba.

Assim, diferente do que apontavam os críticos do modelo de carnaval espetáculo, que tinha nas escolas de samba sua principal representação, de acordo com o depoimento havia sim participação dos foliões nesse formato de festa. Mesmo os súditos de momo que não participavam ativamente do desfile, de certa forma, também interagiam com a agremiação.

A introdução da passarela modificou a estrutura organizacional do carnaval em Recife. Contribuiu de forma significativa para as mudanças na forma de muitas agremiações apresentarem-se. Pela leitura dos jornais, pude visualizar que a passarela, durante esses anos, foi inúmeras vezes invadida pelos foliões em pleno momento da apresentação dos grupos carnavalescos. E isso foi mais um motivo para sua presença ser criticada por quem era contrário à sua presença.

Quando montavam a passarela, os organizadores do carnaval também construíam as arquibancadas, onde os lugares eram vendidos ao público em geral. No entanto, no dia dos desfiles das agremiações, a organização dos festejos não conseguia conter os foliões que invadiam o espaço destinado a quem tinha comprado os ingressos, bem como a extensão reservada para a apresentação dos grupos.⁸⁶

E por que o povo se comportava assim, tão maleducadamente, invadindo domínios que não eram seus, em lugar de limitar-se à multidão. A explicação é fácil: acabaram com a passarela da pracinha. A passarela era alta e permitia que o povo, acotovelado em baixo, visse tudo. A pracinha se enchia e os desfiles eram visíveis até para os caminhões que se enfileiravam a porto do Diário (*sic*). Acabaram com a passarela. E o que fizeram? Resolveram que o desfile fosse no chão, muito bem. E marcaram lugar especial para que as agremiações pudessem mostrar-se em todo o seu esplendor, e diante desse pedaço, ergueram palanque para a comissão Julgadora, e outros para autoridades, e outros para quem tivesse dinheiro para pagar, toda uma malta de privilegiados. Ora, o desfile antes emergente, submergia para o chão liso, o povinho de onde é que podia ver os conjuntos "se mostrarem". Resultado: invadiu a pista gigante, foi posto para fora, a coisa melhorou, depois piorou e foi aquele estrupício todo [...]. Tudo por causa da implicância do povo, que queria ver, no chão, o que outrora via no alto da passarela da Pracinha. Como se o espetáculo fosse para ele e não para os felizes dos palanques.⁸⁷

Assim, mesmo diante das críticas, um formato de festa com a passarela foi se consolidando ao longo da década de 1970, denominado nos jornais de carnaval espetáculo, que aos poucos ia também afirmando o desfile das escolas de samba como as grandes atrações dos festejos momescos da

⁸⁶ Povo teve dificuldade para ver o desfile. *Diário da Noite*, 24 de fevereiro de 1971, 2ª edição, 2º caderno, p. 01. Comissão Julgadora, a confusão na passarela. *Diário da Noite*, 24 de fevereiro de 1971, 2ª edição, 2º caderno, p. 01. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

⁸⁷ OLIVEIRA, Waldemar. Crônica da cidade: passarela no chão. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1967, p. 05. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

cidade. E com isso os "intelectuais tradicionalistas" lançavam, nos periódicos, cada vez mais críticas sobre a concepção de carnaval espetáculo e conseqüentemente, sobre as escolas de samba. No entanto essas questões não ficavam no campo do mero debate nos jornais, refletiam em ações políticas como o incidente da retirada das passarelas e a proibição das arquibancadas em 1980.⁸⁸

Considerações Finais

O carnaval é uma festa plural e os que ocorreram nesses anos (1955-1972) em Recife não poderiam ser diferentes. Assim, procurei na análise desses dias de folia ter um maior entendimento dos significados, das táticas e das estratégias construídas pelos foliões e representantes do poder público municipal, visto que "os significados pertencem aos seus respectivos tempos e sujeitos, e só podem ser buscados na história."⁸⁹

Diante disso, tenho plena consciência de que se estudar o carnaval do Recife, sob o viés dos conceitos de política e cultura, é uma possibilidade de compreender um pouco mais sobre a própria história da capital pernambucana. Nesse sentido, tentei descortinar ao máximo as práticas ordinárias de alguns participantes da festa, fossem eles intelectuais - aqueles que escreviam nos jornais ou os que estabeleciam as leis municipais sobre o carnaval - ou mesmo "simples" foliões que estavam nas ruas durante os dias gordos "apenas" saudando momo ou dirigindo as agremiações carnavalescas.

Assim, pude compreender a relação que se estabelecia entre o campo cultural (universo em que se encontram as agremiações carnavalescas) e a esfera da política, que visualizava nas manifestações nomeadas de "populares" uma interação com o projeto político que se desejava implantar na cidade.

Não se pode negar que o governo municipal, através de sua força e influência, buscou normatizar e disciplinar a folia de momo por meio de suas leis, haja vista que várias delas foram implementadas durante o recorte temporal escolhido.

⁸⁸ Em finais dos anos de 1970, o então Prefeito da cidade, Gustavo Krause, extinguiu a Empresa Metropolitana de Turismo (EMETUR) e suas atribuições junto ao carnaval foram transferidas para a recentemente criada Fundação de Cultura da Cidade do Recife que procurou reorganizar os festejos momescos. Entre 1980 e 1983 a Fundação de Cultura da Cidade do Recife, sob a direção de Leonardo Dantas Silva, autorizou a retirada das passarelas para a apresentação das agremiações nos dias de momo – processo nomeado nos jornais de "despasserelização" - e espalhou a comissão julgadora em diversos pontos divididos pelas ruas da capital pernambucana. Sambistas protestaram contra a medida acusando-a de ser contra o samba, uma vez que as escolas de samba necessitavam da presença da passarela para suas apresentações. SILVA, Leonardo Dantas. Elementos para a História Social do Carnaval do Recife, In: *Antologia do Carnaval do Recife*. Mário Souto Maior e Leonardo Dantas Silva (Orgs.). Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, p. LXXXIV, 1991. Para saber mais sobre o processo de "despasserelização" ver também: MENEZES NETO, H. Tem Samba na Terra do Frevo: A Batalha Frevo Samba no Carnaval Multicultural do Recife. *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares* (Impresso), v. 7, 2010, p. 45-60.

⁸⁹ CUNHA, M. C. P. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca (1880 – 1920)*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 314.

Entretanto, seria ingênuo pensar que os responsáveis pelas agremiações carnavalescas foram agentes apenas passivos nesse processo, pois apesar de a ordem política e econômica ter-lhes imposto uma disciplina, eles não a aceitavam passivamente, eles a manipulavam, a driblavam através de suas táticas e procedimentos. Assim, o desvio tornava-se o recurso dos mais fracos.⁹⁰

Pude compreender tal desvio, quando visualizei que as leis municipais que tratavam do carnaval não foram seguidas em sua totalidade. O que elas prescreviam, em muitos aspectos foram revistos, refeitos e ressignificados segundo alguns interesses dos foliões.

Nesse sentido, busquei tornar mais inteligível as lutas cotidianas entre alguns projetos de controle simbólico sobre a festa carnavalesca. Procurei situar como aqueles alegres dias de momo não eram tão pacíficos e coloridos assim; como também compreender que em torno deles havia as lutas, as batalhas, as disputas pelo cenário a ser construído para a folia de momo local.

Sendo assim, o discurso de "terra do frevo", construído em torno do carnaval recifense, foi fruto de um processo que encobriu inúmeras outras memórias e é papel da história mexer com aquilo que é entendido como dado e natural. No entanto, poucos são os trabalhos que, dentro do recorte temporal desse artigo, se esforçaram em romper com uma visão estática da festa.⁹¹ Afinal, algumas obras servem apenas de parâmetro para as informações sobre a história do festejo sempre requentadas, poucas vezes contestadas, mas extremamente necessitadas de uma revisão urgente.⁹²

Diante disso, deve-se ter a consciência que esses escritos (produzidos por memorialistas e folcloristas) construíram memórias sobre a folia, mas é necessário ter em mente que a visão de quem a fabricou carregava uma avaliação política sobre aquilo que viam e escreviam, seus desejos e projeções, preconceitos e preferências. Não se pode tomar esses discursos como a verdade imutável e única das coisas, pois, caso assim o façam, haverá sempre uma festa marcada pela universalidade, pela generalidade e onde uma identidade local estanque e a-histórica estará sempre pronta a emergir.

Mas, ao contrário disso, busquei nessas linhas "[...] uma interpretação capaz de lidar com a indeterminação e mais preocupada em estabelecer os nexos entre as diversas práticas carnavalescas

⁹⁰ CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano: I Artes de Fazer*. 18. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

⁹¹ Sobre isso ver os trabalhos de: SILVA, A. N. *Debate Historiográfico em torno das escolas de samba em Recife (1955 – 1970)*. Monografia (Bacharelado em História). Recife: UFPE, 2009; SILVA, A. N. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é?* Dissertação (Mestrado em História). UFPE: Recife, 2011. MELO, D. B. *Brincantes do Silêncio: A atuação do Estado Ditatorial no Carnaval do Recife (1968 – 1975)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2011; IANINO, Marcelo Martins. *O Galo e a Polícia: a trajetória do maior bloco de carnaval do Brasil e sua repercussão para a segurança pública na atualidade (1978 a 2012)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2012.

⁹² Sobre isso ver: SILVA, Leonardo Dantas; TINHORÃO, José Ramos. *Carnaval do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade, 2000; MAIOR, Mário Souto. *Carnaval, carnavais*. In: *Nordeste: a inventiva popular*. Rio de Janeiro: Catedra; Brasília: INL, 1978; MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas (org). *Antologia do Carnaval em Recife*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991; LIMA, Cláudia. *Evoé: história do carnaval – das tradições mitológicas ao trio elétrico*. 2. Ed. Recife: raízes brasileiras, 2001. REAL, Katarina. *O Folclore no carnaval do Recife*. 2. ed. rev e aum. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

e seus significados para os vários protagonistas, presentes em embates que tiveram dia, hora e lugar."⁹³

Referências Bibliográficas

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: *Fontes Históricas*. Carla Bassanezi Pinsky (Org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. "*Um morto vestido para um ato inaugural*": procedimentos e práticas dos estudos de folclore e cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. Festa para que te quero: por uma historiografia do festejar. *Revista Patrimônio e Memória*, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, pp. 134-150, jun. 2011.

_____. Um leque que respira: a questão do objeto em história. In: *História a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

BERNARDES, Denis. *Recife, o caranguejo e o viaduto*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Os Sentidos do Espetáculo. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 2002, v. 45, Nº 1.

CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano: I Artes de Fazer*. 18. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CUNHA, M. C. P. (Org.). *Carnavais e Outras Frestas. Ensaios de História Social da Cultura*. (Apresentação). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

_____. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca (1880 – 1920)*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FERRAZ, Marilourdes. *Aníbal Fernandes: jornalista – Nos caminhos da liberdade*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife: CEPE, 1996.

GUIMARÃES NETO, Regina B. *Cidades da Mineração: Memória e Práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EduFMT, 2006.

⁹³ CUNHA, M. C. P. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca (1880 – 1920)*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 312.

IANINO, Marcelo Martins. *O Galo e a Polícia: a trajetória do maior bloco de carnaval do Brasil e sua repercussão para a segurança pública na atualidade (1978 a 2012)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2012.

KUBRUSLY, Clarisse Q. *Reflexão antropológica sobre a “experiência etnográfica” de Katarina Real com os maracatus em Recife*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Cláudia. *Evoé: história do carnaval – das tradições mitológicas ao trio elétrico*. 2. Ed. Recife: raízes brasileiras, 2001.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Entre Pernambuco e África. História dos Maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960 – 2000)*. Tese (Doutorado em História). Niterói, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010.

LIMA, Ivaldo Marciano de França; GUILLEN, Isabel. C. M. Os Maracatus Nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960 – 1990). In: Ivaldo Marciano de França Lima & Isabel Cristina Martins Guillen. *Cultura Afro descendente no Recife: maracatus, valeses e catimbós*. Recife: Bagaço, 2007.

LÖWY, Michel. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

SOUTO MAIOR, Mário. Carnaval, carnavais. In: _____. *Nordeste: a inventiva popular*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

SOUTO MAIOR, Mário. *Dicionário de Folcloristas Brasileiros*. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1999.

MELO, D. B. *Brincantes do Silêncio: A atuação do Estado Ditatorial no Carnaval do Recife (1968 – 1975)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2011.

MENEZES NETO, H. Tem Samba na Terra do Frevo: A Batalha Frevo Samba no Carnaval Multicultural do Recife. *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares* (Impresso), v. 7, p. 45-60, 2010.

PESAVENTO, S. J. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, S. J.; SANTOS, N. M. W.; ROSSINI, M. S. (Orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008.

REAL, Katarina. *O Folclore no carnaval do Recife*. 2. ed. rev e aum. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

REZENDE, A. P. M. *O Recife: histórias de uma cidade*. Magdalena Almeida (Org.). Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2000.

ROSTAND, Paraíso. *Cadê Mário Melo*. Recife: COMUNIGRAF, 1997.

- SCHWARCZ, L. K. M. Apresentação. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- SILVA, A. N. “*Quem gosta de samba, bom pernambucano não é?*”. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- SILVA, A. N. *Debate Historiográfico em torno das escolas de samba em Recife (1955 – 1970)*. Monografia (Bacharelado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.
- SILVA, Leonardo Dantas. Elementos para a História Social do Carnaval do Recife. In: *Antologia do Carnaval do Recife*. In: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo Dantas (Orgs.). Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991.
- SILVA, Leonardo Dantas; TINHORÃO, José Ramos. *Carnaval do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade, 2000.
- SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas. In: *Cultura política, memória e historiografia*. (Orgs.). Cecília Azevedo.... [et al.]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- VICENTE, Tâmisia Ramos. Políticas Públicas de Cultura e Turismo - O entrelace das ações nos Órgãos de fomento ao Turismo de Pernambuco - Empetur e Emetur. *Cultur: Revista de Cultura e Turismo*, v. 3, p. 25-45, 2009.
- VIDAL, F. M. C. *A fresta do Estado e o brinquedo para os populares: histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.